

Política

Aços relaminados de ba
carbono. Centro de Ser

CONSTITUINTE

UDR faz "lobby" contra imissão imediata da posse de terras desapropriadas

por Andrew Greenlees
de Brasília

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, percorreu na semana passada diversos gabinetes de deputados e senadores com o objetivo de conseguir apoio à derrubada, na Constituinte, do princípio da imissão imediata da posse da terra em caso de desapropriação.

"Isso seria o fim do produtor rural", disse Caiado, referindo-se ao dispositivo que transfere a terra desapropriada automaticamente à União, garantindo ao proprietário a alternativa de recorrer posteriormente à Justiça. No caso de ganhar a ação, no entanto, o atual anteprojeto prevê a indenização em dinheiro e não com devolução de terras.

Caiado sustenta que a Justiça deve pronunciar-se antes da transferência da posse, além de reivindicar a devolução da área desapropriada, em caso de decisão judicial. Os ruralistas também são contra a fixação de um prazo para que a Justiça se posicione.

Políticos contrários à orientação da UDR argu-

mentam que, ao deixar-se prazo livre, as pendências legais tendem a se arrastar indefinidamente, emperando o processo de reforma agrária. Caiado entregará um documento com as propostas da entidade ao ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, no próximo dia 1º.

PROPAGANDA

A Associação Brasileira de Agências de Propaganda (ABAP) aguarda o anteprojeto do relator Bernardo Cabral, que será apresentado nesta segunda-feira com um único objetivo: ver eliminado o artigo que restringe a propaganda de cigarros, medicamentos e defensivos agrícolas.

"Se é permitido fabricar estes produtos, deve ser permitido divulgá-los", defende o publicitário Luiz Celso de Piratininga, vice-presidente nacional da ABAP. A entidade julga que este tema não deve figurar na Constituição e sim na legislação ordinária e pretende defender "a liberdade do consumidor de se manter informado, a liberdade de expressão e a liberdade de negociar", como define Piratininga.

Cabral deve concluir projeto sem acomodar as divergências

por Andrew Greenlees
de Brasília

Deputados e senadores têm prazo até o próximo dia 31 para apresentarem novas emendas ao projeto de Constituição elaborado pelo relator Bernardo Cabral e seus adjuntos. Na sexta-feira, em tumultuada reunião, Cabral levou aos líderes partidários um esboço do texto que deveria concluir no domingo à noite. Ficou claro no encontro que os chamados pontos polêmicos exigirão ainda extensas negociações e, em grande parte, acabarão sendo definidas no plenário da Constituinte, pelo voto.

O grande entrave aos trabalhos continua a ser a reforma agrária. Mais especificamente, o princípio da imissão imediata da posse da terra, ou seja, a transferência para a União da área desapropriada, com a possibilidade de o proprietário apelar à Justiça posteriormente. Adversários desta tese, aprovada na convenção nacional do PMDB defendem o pronunciamento da Justiça antes de qualquer desapropriação.

Outra questão que pro-

O movimento da unidade progressista (MUP), dissidência do PMDB, apóia a proposta de parlamentarismo do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, mas repudia qualquer acordo que passe pela manutenção do mandato do presidente José Sarney em seis anos.

Os integrantes do MUP defendem o parlamentarismo clássico, sem superposição de poderes do presidente e do primeiro-ministro e não crêem que o relator Bernardo Cabral possa "trair a maioria dos constituintes" com uma proposta parlamentarista a partir de 1990.

Segundo o vice-presidente do PMDB, senador Afonso Camargo, um dos líderes do MUP, qualquer negociação tem de passar pelas eleições diretas em 88.

mete gerar polêmica até o final da Constituinte é o sistema de governo a ser adotado no País. Cabral propôs em seu anteprojeto o semiparlamentarismo, considerado mais próximo do parlamentarismo "puro" do que os textos anteriores das comissões. O relator incluirá ainda artigo definindo que o novo sistema somente será adotado após o governo do presidente José Sarney, o que desagradará

boa parte dos parlamenta-

ristas. Será mantida a definição de empresa nacional contida no atual anteprojeto *persona jurídica constituída e com sede no País*; cujo controle decisório e de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou por entidades de direito público inter-

O MUP pode até mesmo votar no sistema presidencialista para garantir as eleições no ano que vem, ao contrário do que está sendo proposto pelos parlamentaristas no Planalto, que pretendem angariar apoio do presidente José Sarney à tese, acenando com a possibilidade de um mandato de seis anos.

O sistema de governo considerado ideal para os "progressistas" é o parlamentarismo, que foi inclusive defendido por integrantes do MUP na sessão especial de debates temáticos da Constituinte. O que eles não admitem é o "conchavo" das lideranças, que, para aprovarem o parlamentarismo, aceitam não só o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, mas até mesmo seis anos, declarou Afonso Camargo.

no. Preserva-se também a estrutura das entidades do ensino profissionalizante e de assistência ligados à indústria e comércio (Sesi, Senai, Sesc, Senac).

Ao final da reunião de sexta-feira, todos os líderes partidários foram unânimes em prever que o substitutivo (novo texto) elaborado por Bernardo Cabral não erradicará a dificuldade para se encontrar o consenso em diversos pontos.